

Neoliberalismo e Retórica: o capítulo brasileiro

Leda Maria Paulani – paulani@uol.com.br e paulani@usp.br

Departamento de Economia – FEA/USP

Área ANPEC – 1 JEL – B40

Resumo

Considerando o surgimento da discussão sobre a retórica da economia no início dos anos 80, o objetivo do presente texto é mostrar: 1) a relação que existe entre o surgimento desse assunto nos meios acadêmicos de economia e a ascensão do assim chamado neoliberalismo enquanto doutrina e coleção de práticas capitalistas verificada na mesma época; e 2) os desdobramentos que produz esse tipo de idéia, nascida além mar, ao encontrar uma realidade econômica periférica como a brasileira. No primeiro caso mostraremos a importância das considerações de Hayek sobre a inadequabilidade do discurso de corte neoclássico para o objetivo de legitimar ideologicamente a sociedade de mercado. No segundo caso indicaremos que, analisados os desdobramentos do projeto retórico no Brasil, ele pode ser considerado como mais um capítulo das idéias fora do lugar que vêm marcando a história do ideário brasileiro.

Palavras-chave: retórica, ciência econômica, Hayek, neoliberalismo, capitalismo periférico

Abstract

Considering the rise of the discussion about the rethoric of economics at the beginning of the 80's, the present paper aims to show: 1) the relation between the origin of this issue in the academic field and the ascension of the so labeled “neoliberalism” as a doctrine and a collection of capitalist practices perceived at the same time; and 2) the consequences produced by this idea, overseas born, when it meets a peripheral reality like the Brazilian one. In the first case, we are going to show the fundamental importance of the reflections of Hayek about the inadequateness of neoclassical discourse to the aim of ideologically legitimate the market society. In the second we are going to point out that, taking the consequences of the rethoric project in Brazil, it can be saw as an additional chapter of “the ideas out of its place” that comes marking the Brazilian history of the ideas.

Key-words: rethoric, economics, Hayek, neoliberalism, peripheral capitalism

NEOLIBERALISMO E RETÓRICA: O CAPÍTULO BRASILEIRO

Leda Maria Paulani
Departamento de Economia – FEA/USP

A despeito de não ter sido o primeiro a lidar com essas questões – há um texto de Willie Henderson, sobre a metáfora na economia, publicado em 1982 (Backhouse, 1998:419) – a discussão sobre a retórica e ciência econômica popularizou-se de vez com o artigo de D. McCloskey, *The Rethoric of Economics*, publicado no *Journal of Economic Literature*, em 1983. As frases bombásticas de McCloskey (1983:508) – “a ciência econômica é literatura”, “a forma de argumentação dos economistas não é muito distinta do método empregado por Cícero e Homero em seus discursos e novelas”, “a metáfora não é um substituto às vezes utilizado para o significado, ela é o próprio significado” – tiveram um impacto enorme na cidadela dos economistas, ainda que não tenham tido nenhum impacto no andamento corrente de seu ofício acadêmico, a não ser, como era de se esperar, a criação de mais um nicho especializado de discussão. Uma pergunta que fica no ar é: por que esse assunto aterrizou na ciência econômica no início dos anos 80? O objetivo do presente texto é mostrar: 1) a relação que existe entre o surgimento dessa discussão nos meios acadêmicos de economia e a ascensão do assim chamado neoliberalismo enquanto doutrina e coleção de práticas capitalistas verificada na mesma época; e 2) os desdobramentos que produz esse tipo de idéia, nascida além mar, ao encontrar uma realidade econômica periférica como a brasileira. No primeiro caso mostraremos a importância das considerações de Hayek sobre a inadequabilidade do discurso de corte neoclássico para o objetivo de legitimar ideologicamente a sociedade de mercado. No segundo caso indicaremos que, analisados os desdobramentos do projeto retórico no Brasil, ele pode ser considerado como mais um capítulo das idéias fora do lugar que vêm marcando a história do ideário brasileiro.

1 – Neoliberalismo, pós-modernismo e retórica na economia

Como se sabe, do ponto de vista de seu conteúdo, o assim chamado neoliberalismo não constitui propriamente uma teoria, conformando tão-somente um conjunto de regras de condução da política econômica prescritas para que o mercado, tendo seu lugar de direito usurpado pelo Estado ao longo dos “30 anos dourados”, seja nele recolocado. Seu feitio é, portanto,

essencialmente prescritivo. Mas por que tem ele esse perfil? Para responder essa questão é preciso recuperar brevemente a história dessa doutrina.

Depois da desastrosa experiência da crise de 29, vai ganhando força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, que Keynes publica em 1936. Cria-se, com isso, uma espécie de consenso a respeito da necessidade de uma certa regulação externa ao próprio sistema, que soma, à perda de espaço social já experimentada concretamente pelo liberalismo, também um adversário teórico à altura da ortodoxia neoclássica.

Na etapa que então se inicia o mercado tem papel inegavelmente importante, mas não menos importantes são o Estado, o planejamento, as políticas públicas. Tudo se passou como se, depois de algumas grandes crises, e duas guerras mundiais, o Ocidente tivesse finalmente encontrado o ponto de equilíbrio entre os resultados da estreita bitola do mercado de um lado e a imperiosa (iluminista?) necessidade de rearranjá-los de outro. As idéias implícitas no referido consenso, encontraram seu *habitat* natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema¹ e o capitalismo deslanchou tranqüilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período. Nesse contexto, advogar a redução da presença do Estado ou insistir no caráter virtuoso do mercado era quase uma heresia. Os liberais estavam então completamente na defensiva.²

¹ No mundo subdesenvolvido, particularmente na América Latina, esse mesmo espírito, em contato com a realidade diferenciada que aí existia, tomou a forma do desenvolvimentismo. Apoiado fundamentalmente nas idéias cepalinas, o desenvolvimentismo percebia a necessidade de que o Estado, mais do que controlador de demanda efetiva, atuasse como alavanca dos investimentos necessários para que essas economias superassem o estágio atrasado em que se encontravam. Completando o conjunto de “realidades” que contribuíam para a manutenção desse espírito, em quase tudo contrário às máximas liberais, o então chamado “segundo mundo” também fazia sua parte, já que uma economia inteiramente planejada parecia forte o suficiente para desafiar e intimidar a maior economia capitalista do planeta.

² Uma das teses mais instigantes sobre o significado desse período foi elaborada por Francisco de Oliveira. Resumidamente se poderia denominá-la como a tese do “surgimento do antivalor”. Para ele, ao longo dos anos dourados do capitalismo, o chamado Welfare State, oriundo das políticas keynesianas anticíclicas, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Nesse novo padrão, o fundo público, funcionando numa esfera pública estruturada a partir de regras universais e pactadas, passa a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital assim como o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho. Esse novo arranjo institucional teria operado “uma verdadeira revolução copernicana nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho”. Levado às últimas conseqüências, continua Francisco de Oliveira, “o padrão do financiamento público ‘implodiu’ o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral” (1998:27). O caráter “radical” da tese é indicação inequívoca da magnitude das mudanças

No entanto, é nesse ambiente, que, logo após o término da segunda guerra, nasce o neoliberalismo. Segundo Perry Anderson (1995), trata-se de uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar, não apenas aquele em acelerada construção na Europa do pós-guerra, mas também aquele que implementara o *New Deal* americano. Hayek é o protagonista desse ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, para ele uma ameaça letal não só à liberdade econômica como também à política. O *Caminho da Servidão*, que ele publicara em 1944, transforma-se numa espécie de bíblia da nova doutrina³ e Hayek torna-se, ao final dos anos 40, o centro de um grupo de intelectuais afinados com essas idéias.

Na certidão de nascimento do movimento, o ano de registro é 1947, ocasião em que Hayek convoca, para uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça), aqueles que compartilhavam seu credo. Dentre os que acorreram ao chamado, encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises. O propósito da *Sociedade de Mont Pèlerin* era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras” (Anderson, 1995:10). Para esses crentes nas inigualáveis virtudes do mercado, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

Não por acaso é Hayek o principal personagem desta recriação do liberalismo. Considerações como essas radicam numa concepção de individualismo marcadamente distinta daquela que embasava a teoria neoclássica. Em seus escritos de meados dos anos 30, Hayek havia elaborado uma crítica arrasadora àquilo que ele chama de “falso individualismo” que, para ele, está na base das construções neoclássicas. Retomando seu argumento, o único antídoto possível contra teorias que deduzem a ação individual a partir da apreensão de estruturas sociais autônomas seria a explicação dos resultados sociais em termos das ações individuais e isso era

operadas no funcionamento do sistema a partir do pós-guerra. A reviravolta que começa em meados dos 70, e que vai tirar os (neo)liberais da defensiva para colocá-los na posição oposta, funcionou então, para parafrasear Francisco de Oliveira, como uma espécie de “vingança do valor”. A partir de então não só a atividade econômica volta a ser inteiramente dominada por seus imperativos, como também a sociabilidade vai ficando inteiramente submetida a suas exigências.

³ Segundo Anderson, no referido livro, o alvo imediato de Hayek era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 (que ele de fato venceria). Hayek é implacável e sentencia: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (Hayek, *apud* Anderson, 1995:9).

precisamente o que a economia neoclássica não fazia. Com seu “individualismo racionalista”, como Hayek o denomina, e com seu pressuposto acerca do conhecimento objetivo dos fatos (informação perfeita), a teoria neoclássica estaria reduzindo todos os indivíduos, por particulares que fossem suas específicas situações, a átomos de comportamento idêntico e previsível. Sendo assim, o ótimo social (equilibrado e eficiente) podia ser então *a priori* desenhado, e, o pior de tudo, acabava por retirar do indivíduo a primazia que ele devia ter como fonte por excelência da ação.

Para as convicções liberais de Hayek, essa conclusão era desastrosa e precisava ser questionada. Além dos maus resultados do “debate sobre o cálculo socialista”, a flagrante derrota que em pouco tempo o keynesianismo impusera ao paradigma neoclássico e a importância prática que ganhara na realidade social do pós-guerra, certamente fortaleceram em Hayek sua percepção da necessidade de recuperar os princípios liberais que ele via enfraquecidos e desguarnecidos de uma teoria econômica que lhe servisse de fundamento.⁴ Assim, ao invés da insistência, contraprodutiva para ele, na tentativa de demonstrar a capacidade de o mercado atingir o equilíbrio e, mais que isso, o equilíbrio ótimo, tratava-se agora de defendê-lo enquanto única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo, entendido corretamente este último como particularidade inserida num contexto social cuja totalidade lhe escapa. Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado torna-se perniciosa e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores podem ser intencionalmente buscados, o que, para ele é impossível. A defesa do *laissez faire* torna-se, portanto, a peça chave desta versão “século XX” do liberalismo.

A nova doutrina que Hayek funda, e para a qual atrai os conservadores de seu tempo, prescinde por isso completamente da assim chamada “ciência econômica”. O neoliberalismo é, em primeiro lugar, normativo: o mercado deve dominar tudo e o Estado deve ficar reduzido ao papel de preservar as instituições que permitam o funcionamento do primeiro. Em decorrência disso, ele é essencialmente prescritivo, arrolando as medidas que devem ser tomadas para que

⁴ A revolução keynesiana jogou por terra por um bom tempo não apenas a teoria neoclássica e seus epígonos. O próprio Hayek teve sua luz ofuscada pelo brilhante sucesso das idéias keynesianas. “Ao longo dos anos 30, a academia inglesa viu Hayek surgir inicialmente, como uma estrela de primeira grandeza na constelação dos economistas e, posteriormente, terminar a década completamente apagado, ofuscado em grande medida pela avalanche keynesiana. Ao longo desse período, ele conseguiu conquistar corações e mentes de várias gerações de economistas para depois perder pouco a pouco seus mais eminentes seguidores” (Andrade, 1997:176).

seja construído (ou reconstruído) esse mundo ideal, completamente organizado pelo mercado. Não há papel aí, portanto, para a “ciência” econômica. A norma que define essa doutrina não decorre da constatação “científica” (que seria em princípio produzida pelo paradigma neoclássico) de que essa sociedade é a melhor possível e/ou de que o mercado é o demiurgo de um processo que maximiza utilidades e lucros e minimiza custos, produzindo o “ótimo social”. As pretensões científicas da teoria atrapalham a consecução dos objetivos concretos e práticos da economia capitalista. A ciência não demonstra nem pode demonstrar nada; ela não “prova” que esse mundo é o mais eficiente possível, que nele todos os agentes podem ver realizadas suas pretensões; ela não diz que esse estado de realização mútua de desejos de oferta e demanda é eterno e durará para sempre. A ciência está muda, é desnecessária, mais atrapalha que ajuda. Desse ponto de vista a ciência econômica torna-se uma espécie de ficção literária que pouca relação tem com o mundo real.

Não é mera coincidência a semelhança dessa conseqüência da era neoliberal com as vertentes pós-modernas que advogam que não há distinção entre o valor de verdade das proposições científicas e o valor de verdade das proposições literárias (caso explícito de McCloskey, no que tange à ciência econômica). O que está na raiz dessa proximidade é o ponto em comum que existe entre aquilo que Habermas denomina pós-modernismo *anárquico* (desconstrucionismo e relativismo em destaque) e aquilo que ele chama de pós-modernismo *conservador*, a saber, que ambos despedem-se dos fundamentos autoconscientes da razão que caracterizaram o espírito moderno em sua origem, o primeiro lamentando e o segundo aplaudindo a autonomia conseguida pela objetivação social desse espírito.

Daí, aliás, o caráter dúbio das leituras pós-modernas anarquistas, que são as mais comumente identificadas com o rótulo do pós-modernismo. A despeito de sua aparência, por assim dizer, “radicalmente radical”, essas correntes acabam por referendar, por outros caminhos, a mesma objetivação social do espírito da modernidade (o capitalismo contemporâneo) para a qual os conservadores batem palmas abertamente. Eagleton (1998:126-127) coloca bem a questão, apontando a ambigüidade dessas posturas que são, há um só tempo, radicais e conservadoras. Para ele, uma característica marcante das sociedades capitalistas de hoje encontra-se no fato de elas serem, em razão da própria lógica do mercado, “tanto libertárias como

autoritárias, tanto hedonistas como repressoras, tanto múltiplas como monolíticas”, de modo que os indivíduos surgem como “meros reflexos passageiros” dessa grande rede descentrada de anseios e cobiças, marcada pelo efêmero e pelo descontínuo. Mas, alerta Eagleton, esse sistema, que não tem como acomodar o metafísico de maneira adequada, também não pode simplesmente abrir mão dele.⁵ Para manter em ação toda a anarquia potencial cevada nas próprias forças do mercado, agora vitaminadas pela aplicação do receituário neoliberal, são necessárias sólidas bases políticas e a insistência nos valores tradicionais. Mas a contradição fica aí instalada, porque “quanto mais esse sistema apela para valores metafísicos para se legitimar, mais suas atividades racionalizantes, secularizantes ameaçam esvaziá-los”.

É essa contradição que encontra no discurso pós-moderno um tradutor à altura. O pós-modernismo é radical “na medida em que desafia o sistema que ainda precisa de fundamentos metafísicos e sujeitos auto-idênticos; contra essas coisas ele mobiliza a multiplicidade, a não identidade, a transgressão, o anti-fundamentalismo, o relativismo cultural”. Enquanto encarna esse *enfant terrible*, ele é rechaçado violentamente pelos homens de negócios, já que, segundo Eagleton, tal postura representa um assalto contra tudo aquilo que esses profissionais mais amam. No nível do mercado, porém, o sujeito autônomo que povoa os sonhos metafísicos daqueles que tocam o andamento da vida material, não lhes serve de nada e constitui um enorme estorvo. O mundo dos *shopping centers* e da mídia não sobrevive sem pluralidade, fragmentação e efemeridade e sem um espaço para a submissão de toda essa autonomia aos doces encantos do mercado e do consumo. “Muitos profissionais de negócio”, continua Eagleton, “são, nesse sentido, pós-modernos naturais”. Assim, em sua permanente ambigüidade, o pós-modernismo, por um lado, ataca o sistema com sua própria lógica, mas, por outro, o reafirma e é para ele uma

⁵ Contrariando Adorno, Eagleton afirma que “a mercadoria não pode ser a própria ideologia, pelo menos por enquanto” e ironicamente ele completa: “poderíamos imaginar uma fase futura do sistema em que isso seria verdade, em que ele fez um curso em alguma universidade norte-americana, livrou-se dos próprios fundamentos e deixou para trás toda essa história de legitimação retórica. Com efeito existem aqueles que alegam que é precisamente isso que está em marcha hoje: que a ‘hegemonia’ não tem mais relevância, que o sistema não se importa se acreditamos nele ou não, que ele não sente necessidade de garantir nossa cumplicidade espiritual, desde que façamos mais ou menos o que ele exige. Ele não tem mais de passar pela consciência humana para se reproduzir, só manter essa consciência em permanente estado de distração e contar, para sua reprodução, com seus mecanismos automatizados. Mas o pós-modernismo pertence, nesse aspecto, a uma época de transição, em que o metafísico, como um fantasma inquieto, não pode nem ressuscitar nem morrer com dignidade. Se ele pudesse deixar de existir, o pós-modernismo sem dúvida morreria com ele” (1998:127-128).

necessidade, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância metafísica de suas necessidades anárquicas, agora ainda mais infladas.

Como se viu, pelo caminho oposto, o pós-modernismo anárquico deságua, tanto quanto o pós-modernismo conservador, no mesmo reservatório da ratificação incondicional do capitalismo duro, intransigente e livre de regras que a era neoliberal produziu.⁶ Na seara específica da ciência econômica, é McCloskey, com sua pregação em defesa do “projeto retórico”, que vai se encarregar de percorrer esse movimento. Consideremos então a discussão levantada por McCloskey e os acertos que ela involuntariamente produz.

Como já adiantamos, há pelo menos espécie de coincidência temporal entre a aplicação efetiva dos princípios pregados pelo duro liberalismo “fundado” por Hayek ao fim da segunda guerra e a eclosão da polêmica sobre a retórica na ciência econômica. É entre meados dos anos 70 e o início dos anos 80 que tudo acontece. Como demonstramos, por conta do predomínio do receituário neoliberal, a partir daí a própria idéia de uma “ciência econômica” começa a não fazer sentido. A noção tipicamente conservadora, austríaca e hayekiana das virtudes inatas dos sistemas construídos por geração espontânea impregna, mais do que se possa imaginar, o ideário liberal contemporâneo. Com esse tipo de visão não adianta contra-argumentar com as iniquidades e mazelas que um sistema completamente desregulado inevitavelmente produz: ele é considerado sempre o melhor que se poderia atingir, preservada a sagrada autonomia dos indivíduos. E como os interesses afinados com esse ideário, interesses que marxistas-braudelianos e pós-keynesianos rotulam de “altas finanças”, tomaram a dianteira na competição surda que travam desde que o capitalismo é capitalismo com outras formas de acumulação, a exigência universal que se passa a ouvir por toda parte e que ganha contornos de uma objetividade natural que Marx não chegou a

⁶ Mas há mais no capítulo da congruência entre conservadorismo e radicalidade pós-moderna e seus vínculos com a doutrina neoliberal. Num ensaio instigante em que mostra as relações entre o pensamento de cada um dos componentes do “mais importante quarteto de teóricos europeus da direita intransigente, cujas idéias agora dão forma (...) a grande parte do mundo mental da política ocidental do final do século XX” – Carl Schmitt, Michael Oakeshott, Leo Strauss e Friedrich von Hayek – Anderson (2002:319-344), mostra que, para Oakeshott, a idéia de governo como uma associação civil baseada no “orgulho da individualidade livre” excluía categoricamente o objetivo coletivo. Sendo assim, ficava no ar a pergunta sobre o que é que motivaria então essa associação, ou seja, por que razão esses orgulhosos indivíduos embarcariam nessa canoa, assinando um contrato com esse *état gratuit*, uma entidade abstrata desprovida de objetivos. A resposta a que ele chega é que essa associação não é ditada pela virtude, mas apenas “modelada pela linguagem”. Segundo o mesmo Anderson, foi Carl Menger quem primeiro defendeu a proposta teórica do benefício das instituições sociais geradas por crescimento espontâneo e “para ilustrar os méritos do mercado, ele o comparou a duas outras invenções humanas, igualmente não planejadas: o direito e a linguagem”. Como se sabe, dissolver tudo na linguagem é um dos expedientes prediletos do pós-modernismo anárquico, particularmente em sua versão desconstrucionista.

conhecer nem em seus piores pesadelos é uma só: mercado, mercado, mercado...⁷ Sendo assim, a ciência torna-se uma adereço dispensável (e, na maior parte das vezes problemático).

Bem feitas as contas, a relação entre neoliberalismo prático e economia teórica é de incompatibilidade. O paradigma que deveria servir-lhe de sustentação teórica acaba por se contradizer, como bem mostra Hayek. Quanto aos demais, ou lhe são absolutamente estranhos, ou lhe ameaçam. Logo, não há porque procurar sarna para se coçar. O simulacro de teoria macroeconômica apresentada pelos “novos clássicos”, mais o serviço prestado pelos assim chamados “novos keynesianos” somam o suficiente para produzir as coordenadas técnicas e os modelos (como os de *target inflation*) segundo os quais devem operar os gestores das finanças públicas e das políticas monetária e cambial na pilotagem de juros, câmbio e superávits. A política econômica entendida em seu sentido mais amplo não tem mais lugar. Há um deslocamento da ciência pela “técnica”, da *Economics* por uma espécie de *Business Administration* de Estado, que tem por únicos objetivos preservar a estabilidade monetária custe o que custar e garantir o “respeito aos contratos”.⁸ Os organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial ficam encarregados de alcançar esses mesmos objetivos em termos planetários.⁹

⁷ Sobre isso afirma Hobsbawm: “Era, portanto, provável que a moda da liberalização econômica e ‘marketização’, que dominara a década de 1980 e atingira o pico de complacência ideológica após o colapso do sistema soviético, não durasse muito. A combinação da crise mundial do início da década de 1990 com o espetacular fracasso dessas políticas quando aplicadas como ‘terapias de choque’ nos países ex-socialistas já causava reconsiderações entre alguns entusiastas (...) Contudo, dois grandes obstáculos se erguiam no caminho de um retorno ao realismo. O primeiro era a ausência de uma ameaça política digna de crédito ao sistema, como antes tinham parecido ser o comunismo e a existência da URSS, ou – de uma maneira diferente – a conquista nazista da Alemanha. Estes (...) proporcionaram o incentivo para que o capitalismo se reformasse. (...) *O segundo obstáculo era o próprio processo de globalização*, reforçado pela desmontagem de mecanismos nacionais para proteger as vítimas da livre economia global dos custos sociais daquilo que se descrevia orgulhosamente [num editorial do Financial Times de 1993] como ‘o sistema de criação de riqueza hoje encarado em toda parte como o mais efetivo que a humanidade já criou’ (1995:552, itálicos meus).

⁸ Ainda que com outros propósitos e referindo-se não à teoria econômica que deveria sustentar cientificamente o sistema, mas, contrariamente, à teoria que mostra suas fraquezas, Eagleton (1998:14), faz uma observação que vai na mesma direção: “Não há sentido em continuar trabalhando a duras penas no Museu Britânico, consumindo montes de teoria econômica indigesta, se o sistema mostra-se simplesmente inexpugnável”.

⁹ É bem verdade que esse movimento tem feições relativamente diferentes no “centro” e na “periferia”, se ainda estamos autorizados a utilizar o jargão dos tempos do desenvolvimentismo. Se é idêntica a prevenção contra tudo que tenha qualquer parentesco com o Estado e a louvação de tudo que favoreça o mercado e a “livre iniciativa”, a regra da abertura comercial irrestrita, por exemplo, vale mais para a periferia do que para o centro. Da mesma maneira, contrariamente à pobre América Latina, vergastada sob a exigência de desconuns superávits primários, os EUA podem se dar ao luxo de fazer um déficit do tamanho do PIB brasileiro (foi o que aconteceu em 2003). Finalmente, para falar só nas diferenças mais gritantes, o desmonte da rede de proteção social construída ao longo dos 30 anos dourados no Centro, particularmente na Europa, não foi tão grande, nem teve tantos efeitos deletérios

Não é demais observar que o caráter puramente prescritivo do ideário neoliberal e sua difícil vinculação a um corpo teórico que lhe garanta o suporte científico difere muito da relação estreita que havia, na fase anterior, entre as políticas de regulação de demanda e/ou as práticas desenvolvimentistas, de um lado, e a teoria keynesiana, de outro.¹⁰

Portanto, no contexto do que aqui estamos chamando “era neoliberal”, pouco importa o que continua a existir dentro dos muros da academia com o rótulo de “teoria econômica”; são inócuos os debates aí travados, pouco importa quem vence, a cada *round*, a luta das idéias. Aquilo que aparece como debate “econômico” restringe-se, no mais das vezes, a discussões sobre como pilotar as finanças públicas e os preços macroeconômicos mais importantes, de forma a conduzir, com o maior lucro possível, os negócios correntes.

Assim, se não há mais nenhuma ponte entre o mundo da ciência econômica e o mundo externo, onde se trava a concreta e dura batalha capitalista,¹¹ o conhecimento dito científico ali produzido, as polêmicas e controvérsias geradas pelos confrontos entre diferentes paradigmas podem perfeitamente, como quer McCloskey, ser vistos como uma “falação”, uma conversa, cujo resultado interessa apenas a quem dela participa, um “debate” em que os contendores podem ser grosseiros e gritões ou educados e amantes da *sprachethik*, mas cujo evoluir é determinado em si e por si mesmo, não por um móvel externo chamado “verdade”, não pela busca do desvendamento das relações que efetivamente presidem o comportamento da economia moderna.

Sendo assim, a cara pós-moderna das considerações mccloskeyanas mostra-se perfeitamente adequada para traduzir, pelo menos no que diz respeito à economia, o estado das artes da relação entre teoria e realidade, entre ciência e verdade nesta era neoliberal. Encontra-se aí não só o amálgama entre ciência e literatura típico do deconstrucionismo, quanto a verdade

quanto a desconstrução, na América Latina, de um estado do bem estar social que mal começava a ser erguido. Mas em qualquer caso trata-se de diferenças de prescrição e de condução prática das políticas de recondução do mercado ao lugar principal que lhe havia sido usurpado.

¹⁰ No caso da periferia latino americana, as idéias cepalinas, particularmente a deterioração dos termos de troca que Prebisch demonstrara, vieram fornecer o complemento necessário para conferir ao Estado o papel de destaque que aí teve entre o pós-guerra e a chamada crise das dívidas.

¹¹ Roger Backhouse (1998:420) lembra o artigo de Bloor e Bloor, de 1993, em que os autores, analisando uma amostra de *papers* acadêmicos sobre as estratégias de *hedge*, chegam à interessante conclusão de que “os fatos do mundo real não são centrais para a ciência econômica”. Não por acaso, a lembrança de Backhouse encontra-se no verbete *Rhetoric* do *The Handbook of Economic Methodology*.

relativa de todas as crenças típica do pragmatismo.¹² Para completar a receita, a freqüente exortação da *Sprachethik* do neoiluminismo germânico como providência absolutamente necessária para aprimorar mais essa “conversação da humanidade”. Assim, se McCloskey erra na condução do tema, pois não se sabe muito bem como definir sua exortação em defesa da retórica na ciência econômica, ele acerta sem querer na tradução involuntária que acaba por fazer do estado atual da relação entre ciência positiva e normativa. Em outras palavras, dada a semcerimônia com que os valores do mercado são não só apregoados como caninamente defendidos, torna-se desnecessário, para a sua sorte e para a sorte dos interesses a ele atrelados, qualquer verniz científico que atue como disfarce para se tomar uma pela outra. Além do mais, se isso fosse necessário, provavelmente o neoliberalismo como prática não teria o “sucesso” que vem experimentando há quase três décadas, já que, como demonstrou Hayek, o paradigma que deveria servir-lhe de sustentação científica presta exatamente o serviço contrário.

Eis então que a comunidade acadêmica dos economistas pode ficar posta em seu sossego, travando seus debates e disputando suas idéias, usando o método falseacionista ou (sic) o método retórico, estapeando-se ou praticando a *Sprachethik*. Nada do que acontece nessa cidadela tem qualquer importância que seja para o andamento corrente da vida material do planeta. Acerta McCloskey, portanto, quando identifica a ciência econômica a uma falação, a uma grande conversa, que só interessa a quem dela participa, pois nenhum vínculo tem com o que ocorre extramuros. McCloskey torce para que essa conversação seja mais educada, humana e para que os economistas sejam mais modestos. Mas não tem nenhuma expectativa quanto aos mundos que seriam construídos caso as idéias dos economistas fossem transformadas em receitas práticas. Atirando no que viu, ou no que sentiu (leia-se, a vaga pós-moderna que tomou de assalto as humanidades a partir dos 70), McCloskey acertou no que não viu. Foi a tradutora involuntária da situação concreta hoje experimentada em que o comando das economias nacionais, com raras exceções, depende muito mais das burocracias dos bancos centrais e tesouros nacionais e da aplicação de não mais que meia dúzia de regras, do que de um suposto menu de políticas econômicas que produziria resultados distintos a cada mudança de governo promovida pelo processo democrático.

¹² Para uma discussão mais detalhada dos diversos e em muitos casos incompatíveis sentidos em que McCloskey usa o termo “retórica”, bem como a dificuldade daí surgida para enquadrar metateoricamente suas considerações vide Paulani (1996) e Paulani (1999).

Esse deslocamento da *Economics* pela *Business Administration*, que ganha uma contraparte estatal, é o responsável, junto com a completa naturalização dos fenômenos econômicos, pela situação aparentemente paradoxal de que sejam hoje economistas os profissionais mais procurados pela mídia para emitir suas opiniões sobre o andamento e as perspectivas da vida material da sociedade. Se o que ocorre no mundo acadêmico não tem rigorosamente nenhuma consequência para o dia-a-dia da vida econômica, como se explica isso? A resposta não é difícil de adivinhar. Os supostos economistas atuam aí sempre como “técnicos”. Não diferem em nada dos meteorologistas a quem se pergunta sobre o tempo amanhã ou na semana que vem. Mas a ciência não tem nada que ver com isso. Ela tem muito menos importância do que a Meteorologia que, bem ou mal, ainda que eles errem muito, sustenta as opiniões dos meteorologistas.

Assim, o mundo da ciência econômica pode ser deixado a si mesmo com sua hermenêutica e seus cacoetes. As consequências da pregação de McCloskey indicam que temos também aí uma manifestação inequívoca dessa situação. A despeito da acolhida extremamente favorável que teve por parte dos economistas alheios aos *mainstream*, o trabalho de McCloskey não teve rigorosamente nenhuma consequência para o andamento do ofício acadêmico dos economistas, a não ser, como já assinalamos, a criação de mais um nicho especializado de discussão. Os polêmicos debates que gerou não afetaram em nada, nem a forma de se fazer essa ciência na academia, nem sua relação com o mundo externo. Sendo assim, não faz de fato muita diferença entender-se a “produtividade marginal do trabalho”, para retomar um exemplo de McCloskey, como uma variável científica que faz parte de um determinado paradigma ou como uma esperta metáfora do discurso neoclássico.¹³

¹³ Duayer escreve um artigo/conto muito interessante em que, ao final, fala com criativa ironia da discussão sobre a retórica na Economia. Um professor de Economia está prestes a entrar no Céu. Vai com a consciência tranqüila e confiante de ter lá seu lugar, já que, “jamais em sua atividade profissional envolveu-se com valores ou discutira fins, mas cuidara tão somente de ensinar assalariadamente os meios mais eficientes para a consecução de fins exteriormente postos” (1998:144). Abruptamente é interrompido por um anjo que lhe mostra estar no caminho errado, sendo o seu o do Inferno. “Entre perplexo e indignado, o cândido professor protestou de tal veredicto, subentendendo, em seu sincero espanto, grave equívoco na sublime ordenação que lhe coubera, pois considerava tremenda injustiça ter de assumir os ônus de eventuais malefícios causados por valores subjacentes à ciência que difundira com raro e profissional zelo...” (1998:145). Depois de algumas peripécias que não impedem o personagem de ter de se atirar no fogaréu, Duayer conclui: “assim enleados em definitiva e estonteante indeterminação, o professor, o narrador e o leitor podemos todos, menos o anjo, é claro, buscar guarida na retórica, refúgio tranqüilo, porto seguro, da vertigem provocada pela recente descoberta da textualidade do mundo. Na ausência de chão para ancoragem, paz e sossego somente no seio do consenso, da opinião relevante. Pois, se não há salvação, já que não se pode saber o certo e o errado, o bem e o mal, é mais seguro pecar em grupo. Não qualquer grupo, mas o grupo dos

2 – O capítulo brasileiro da retórica

A despeito da extrema polêmica que gerou, o assim chamado “projeto retórico”, resultante das investidas metodológicas de McCloskey, não abalou a forma de os economistas fazerem ciência, nem sua relação com a realidade econômica em si mesma. Contudo, não foram nulos seus desdobramentos “objetivos”, ganhando tal projeto duas feições distintas: por um lado, como já assinalamos, criou-se mais um nicho especializado de pesquisa, de modo que passaram a surgir em profusão as chamadas “análises retóricas” dos discursos produzidos pelos economistas (de ontem e de hoje e das mais variadas correntes teóricas); por outro, partindo da firme convicção de que a retórica tem extrema importância nesse discurso, chegando a substituir a própria ciência, seus adeptos dispuseram-se a realizar uma série de entrevistas com os economistas, certos de que elas poderiam revelar mais mistérios sobre a vida íntima desse discurso, do que poderia fazê-lo a vã investigação acadêmica dos livros e *papers*.

O primeiro produto desta última empreitada foi o livro organizado por Arjo Klamer “*Conversations with Economists*”. Klamer dirigiu as conversas de modo a expor o tumultuado ambiente da ciência econômica, particularmente depois do advento das “expectativas racionais” e da conseqüente ascensão dos chamados “novos clássicos”. Coerente com a idéia da natureza retórica dessa ciência, Klamer buscou mostrar, por meio da investigação “conversativa” desse episódio, a insustentabilidade da pretensão de objetividade da Economia, em contraste com seu enorme apetite persuasivo. A conclusão a que chega é que “as entrevistas confirmam essa visão de ciência econômica em termos de comunicação”. Na ausência de padrões uniformes e testes empíricos claros, os economistas, continua Klamer, “são forçados a confiar no seu julgamento, e argumentam de forma a tornar seu argumento persuasivo. Este processo deixa um espaço para elementos não racionais, tais como estilo e envolvimento pessoais e disciplina social. Eu afirmo que as entrevistas evidenciam esta visão da discussão de problemas econômicos...” (1988, 245-246).

Essas conclusões indicavam o acerto da decisão de ir buscar na viva voz dos expoentes de cada corrente de pensamento as artimanhas retóricas que servem de escudo ao “debate

especialistas e de suas instituições, o grupo da *ciência normal*. Na pior das hipóteses, calhando haver triagem celeste, a companhia no Inferno está garantida” (1998:159).

científico”. Os discípulos brasileiros desse projeto, apostadores de primeira hora em suas perspectivas, fizeram o mesmo por aqui. Assim, com o professor José Márcio Rego à frente, surgiu, em 1996, publicado pela editora 34, o livro “Conversas com Economistas Brasileiros”. No entanto, a especificidade do contexto brasileiro, acabou por alterar tanto a forma quanto o resultado do projeto. Os próprios idealizadores, de uma certa maneira, admitem isso: “As divergências entre os economistas brasileiros guardam diferenças em relação às apresentadas por Klammer (...) Apesar de partirmos de uma mesma metodologia, nossas preocupações são essencialmente diversas. As condições históricas e políticas brasileiras geraram uma classe de economistas profissionalmente diferenciados” (p. 10).

Essas declarações indicam que, desde o início, os organizadores do trabalho pressentiram as dificuldades de reproduzir aqui a experiência dos colegas americanos. Dado o poder efetivo que os economistas detiveram e detêm em nosso país,¹⁴ torna-se muito difícil reduzir suas divergências às querelas teórico-metodológicas, confinando-as ao suposto mundo puramente “conservativo” da academia. Não por acaso, o livro brasileiro foi organizado, não como o de Klammer, pelas correntes de pensamento, mas pelas gerações dos economistas entrevistados. Sendo assim, o que resultou do projeto foi menos a revelação dos mistérios da arte persuasiva dos economistas, encobertos na assepsia dos textos acadêmicos, do que parte significativa da história recente do país. Malgrado a intenção inicial, o resultado da versão brasileira da empreitada retórica mostrou-se, por isso, muito mais interessante do que o da matriz americana.

Assim, por exemplo, acompanhamos, 30 anos depois, a avaliação que faz, sobre o PAEG, um de seus mais influentes mentores, Roberto Campos. Não deixa de ser curiosa sua tentativa de justificar a contraditória situação em que ele, um liberal convicto, então se colocou, ao idealizar um amplo programa de planejamento a longo prazo, com profunda intervenção do Estado na economia. “Foi pura ingenuidade”, afirma Campos, “imaginar que o Governo tivesse a capacidade de substituir o empresariado e o mercado e planejar a longo prazo” (Campos, *Apud* Rego et alii, 1996:46-47). O PAEG, no entanto, foi implementado e acabou por determinar a conformação futura da realidade econômica brasileira. Da mesma maneira, está presente no livro parte da história anterior do desenvolvimento econômico brasileiro, particularmente a influência decisiva das teses cepalinas (veja-se os depoimentos de Celso Furtado e Maria da Conceição

Tavares) e, praticamente em sua íntegra, o conturbado período que se seguiu ao milagre, quando o problema inflacionário avultou em importância e determinou, por quase duas décadas, a feição do debate econômico no Brasil.

Neste último caso, talvez mais do que nos anteriores, o cotejo entre idéias e realidade, bem como a interação mútua de ambas as esferas, tornou-se extremamente visível. A discussão sobre a natureza inercial da inflação brasileira e sobre a necessidade de programas não ortodoxos para combatê-la ganhou a mídia e foi se intrometendo decisivamente no cotidiano de todos os brasileiros, já que as “idéias” dos economistas, mais do que adeptos, foram ganhando carne e osso, objetivando-se em sucessivos planos de estabilização. Estes últimos, por seu lado, iam encontrando pela frente, a cada vez, uma realidade diferente, precisamente por conta da concretização de idéias econômicas anteriores. Detenhamo-nos por um momento nesse processo.

Independentemente do mérito em si das tentativas de estabilização, particularmente para um país como o Brasil que convivia com altas taxas de inflação desde a metade dos anos 70, o fato é que a estabilidade monetária era, já em meados dos 80, condição *sine qua non* para colocar os países periféricos na rota dos capitais ciganos, que circulam pelo globo em busca de valorização financeira. Com taxas de inflação “não civilizadas”, como as detidas então pelo Brasil, não havia o mínimo de segurança necessário para essas operações. Não por acaso, é a partir do final da mesma década de 80 que intensificam-se as pressões para que os países então denominados “emergentes” desregulem seu mercado de capitais, internacionalizem a emissão de papéis públicos e securitizem suas dívidas.¹⁵ Por isso, nessa época, no Brasil, principalmente considerando-se a especificidade de nossa realidade inflacionária, os economistas acadêmicos eram instados a encontrar soluções “não convencionais” para o problema, dada a evidente incapacidade da receita monetarista em lidar com ele. Assim, se em outros países da América Latina, o problema das altas taxas de inflação desandou logo em hiperinflação e foi resolvido, regra geral, com programas do tipo *currency board*, no Brasil, as altas inflações persistiam, sem se transformar em processos hiperinflacionários. A natureza muito particular de nosso processo de indexação é que produzia essa situação, requerendo, portanto, um outro remédio. Não por acaso, portanto, é aqui, no Brasil, e não em qualquer outro país da América

¹⁴ Veja a esse respeito o trabalho da Profª. Maria Rita Loureiro *Os Economistas no Governo*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹⁵ Vide a esse respeito Chesnais, 1998:29-31.

Latina, que surge a teoria da inflação inercial (Paulani, 1997). Dadas algumas diferenças entre os economistas que abraçaram as teses inercialistas, não havia uma, mas duas receitas delas derivadas: o choque heterodoxo e a moeda indexada (Bier *et alii*, 1987). Uma versão um pouco diferenciada da segunda dessas receitas, aliada a uma posição cambial muito mais confortável do que a existente em 1986 – ano da aplicação do primeiro plano heterodoxo de estabilização – é que vai finalmente lograr a estabilidade em 1994 (Plano Real).

Esta recapitulação sumária do episódio “alta inflação - inflação inercial - planos heterodoxos”, teve o propósito de mostrar que, nas circunstâncias do Brasil de meados dos 80, a relação dos economistas entre si e deles com a realidade concreta do país podia ser qualquer coisa, menos uma “conversação” inconseqüente, para deleite apenas daqueles nela envolvidos, os quais estariam pleiteando o *Oscar* da persuasão. Muito ao contrário, a disputa era real e concreta e continuou real e concreta, com as diversas visões, inclusive as ortodoxas, sucedendo-se no comando da política econômica do país até o alcance da estabilidade em 1994. Pois bem, toda essa história está inequivocamente presente no livro organizado por Rego e seus companheiros. Em particular, são extremamente reveladores desse complexo movimento de interação entre idéias e realidade os depoimentos de André Lara Resende e Pêrsio Arida.

Isto posto, a conclusão é que, a despeito da pretensão inicial de seus idealizadores, esta primeira experiência de ouvir os economistas brasileiros constituiu uma contra-prova poderosa da fragilidade do projeto retórico inaugurado por McCloskey e Klamer. Se é verdade que, numa economia de mercado, a realidade econômica é provida de uma objetividade que se tece às costas dos agentes e que conforma a matéria-prima a partir da qual os economistas produzem seus conceitos e modelos abstratos, não é menos verdade que há aí também um amplo espaço para inverter a mão de direção e caminhar das idéias para sua objetivação. Se não parece haver parâmetros, como alegam os defensores do projeto retórico, para avaliar o valor de verdade das proposições teóricas, a partir do momento em que as idéias se objetivam e passam a conformar essa mesma realidade não há mais como confinar as divergências ao limitado mundo da pragmática. Sua dimensão semântica impõe-se inseparavelmente, pouco importando, no caso concreto aqui comentado, que essas “idéias” tenham sido forjadas não só pela especificidade da realidade brasileira, mas primordialmente pela inadequabilidade dessa realidade às novas exigências do capitalismo.

Essa possibilidade, de que as idéias dos economistas atravessem os muros da academia e aterrizem em carne e o osso no mundo real, conduzidas pelos cargos públicos ocupados por esses cientistas, é muito maior num país como o Brasil, não por acaso chamado de “a República dos Bacharéis”.¹⁶ Na apresentação à segunda edição da mesma experiência, publicada em 1999, os autores admitem explicitamente esta característica de nossa realidade: “Esses economistas [os entrevistados da segunda leva] tiveram, em maior ou menor medida, vínculos com a Universidade. Isso demonstra a forte interligação que existe na sociedade brasileira entre os meios acadêmicos e políticos, principalmente em se tratando da esfera econômica. Essa ‘promiscuidade’ entre o econômico e o político tem sido maior no Brasil do que em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, os economistas têm razoável poder de influência na gestão econômica (...) Porém, dificilmente um acadêmico americano (ou alguém que não abraçou explicitamente a carreira política) se tornou gestor máximo da política econômica daquele país, ao contrário do que ocorre aqui no Brasil” (Rego e Mantega, 1999:30-31).

Talvez por isso, nessa segunda série de conversas, sua vinculação ao “projeto retórico” praticamente desaparece. Não há menção sobre ela na longa Introdução escrita por Rego e Mantega. Mais que isso, o Prefácio escrito por Belluzzo, segundo os organizadores um “entusiasta” do projeto, é muito mais um libelo contra a dominância do ideário liberal no capitalismo contemporâneo, do que qualquer tipo de análise da aventura retórica, ou qualquer avaliação sobre o sucesso desse segundo momento da empreitada brasileira. Além disso, enquanto um texto que se define explicitamente pela heterodoxia e mostra as fragilidades e equívocos das análises ortodoxas, ele se constitui, por isso mesmo, numa típica “peça modernista”, dessas que tem apreço pela verdade e que certamente atrairiam as *boutades* de McCloskey.

É sintomático, aliás, que Belluzzo encerre o referido Prefácio com a frase a seguir, já que ela se opõe frontalmente ao “projeto retórico”, se por ele se entender o dissolvimento da ciência na literatura: “Hoje, mais do que nunca, a crítica da sociedade existente não pode ser feita sem a crítica da Economia Política” (Belluzzo, 1999:25). Afirmar a necessidade da crítica da Economia Política, implica identificar, no discurso produzido pela ciência econômica de hoje, dificuldades semelhantes em sua natureza àquelas que Marx se especializou em desvendar nos discursos

¹⁶ Loureiro (1997) mostra com profusão de detalhes os desdobramentos e as conseqüências concretas desta

“científicos” de seus contemporâneos e cuja finalidade não é outra senão a de mostrar a verdade sobre a forma de funcionamento do capitalismo.

Mas o “mais do que nunca” que Belluzzo coloca em sua frase me dá ensejo de retomar uma questão já considerada e que aparentemente entra em contradição com o que aqui se escreveu sobre a interação entre idéias econômicas e realidade no caso do Brasil. Refiro-me ao acerto involuntário de McCloskey que, ao identificar a ciência econômica a uma “conversa” movida pela vontade de persuadir mais do que pela busca da verdade, acertou sem querer no estado atual, ou seja, pós-consolidação do neoliberalismo, da relação entre economia normativa e positiva. Dada a natureza basicamente prescritiva desse ideário, cujo único objetivo é libertar o mercado das amarras intervencionistas que lhe foram sendo colocadas ao longo dos “trinta anos dourados”, a assim chamada “ciência econômica” resume-se hoje às tecnicidades necessárias para pilotar, de acordo com as necessidades da acumulação privada e sob a ditadura dos credores que caracteriza esta fase da história capitalista, “as duas dimensões inescapavelmente públicas das economias de mercado: a moeda e as finanças do Estado” (Belluzzo, 1999:16). Há assim, conforme já assinalai, um deslocamento da *Economics* por uma sorte de “versão estatal” da *Business Administration*. Sendo assim, deixam de existir os vínculos entre ciência econômica e política econômica, de modo que podem ficar os economistas sossegados, disputando seus campeonatos na arte de persuadir, enquanto o mundo real segue impassível sua marcha.

Na República dos Bacharéis, porém, as coisas são diferentes. Por mais que a relação de exterioridade entre ciência econômica e política econômica nesta fase da história do capitalismo esteja também aqui presente – afinal o país já se encontra, há pelo menos uma década, e agora decentemente trajado (leia-se, com estabilidade monetária) na era neoliberal – a presença concreta dos economistas nos cargos econômicos mais importantes da República impede que essa desvinculação tenha no Brasil os mesmos efeitos que tem nos países centrais. O acerto involuntário de McCloskey não se reproduz por aqui, tornando mais fácil perceber a fragilidade do “projeto retórico”. Que bom seria, diria um cidadão brasileiro qualquer lendo as *boutades* de McCloskey, se o Plano Collor e seu seqüestro de ativos tivesse vivido apenas nas conversas dos economistas, e se os modelos de *target inflation* não saltassem das páginas dos *papers* para o *board* do Banco Central. Assim, dadas as idiossincrasias da realidade social brasileira, a tentativa

peculiaridade nacional, particularmente no caso dos economistas.

de desenvolver aqui o “projeto retórico” revela, muito mais do que em sua matriz de origem, a relação extremamente complicada que posturas como a de McCloskey têm com o fato de que, mesmo na era neoliberal, não são nulos os vínculos entre saber econômico e poder econômico. Muito mais do que conversas e argumentos persuasivos, a atividade dos economistas conforma realidades e/ou confirma realidades que a teia social do capitalismo e suas exigências vão construindo.

A presença, “mais do que nunca” necessária, segundo Belluzzo, da crítica da Economia Política, deve-se justamente ao fato de que, no atual momento, a relação entre teoria e prática é muito mais distante do que já foi. Tudo se passa como se fosse muito mais fácil atacar, por exemplo, o keynesianismo, por sua evidente relação com as políticas de regulação da demanda efetiva, do que a macroeconomia dos novos clássicos, apartada do “mercado deixado a si mesmo”, mas efetivamente presente na teorização da forma de pilotar juros, câmbio e finanças públicas. O fato de a aplicação dessas receitas ser muito mais cobrada dos países periféricos do que dos centrais, e de serem operadas aqui por economistas “vinculados à Universidade” reforça ainda mais a possibilidade de se enxergar as fragilidades e contradições do projeto retórico. No caso específico do Brasil, sobrou de toda essa discussão, além das bem-vindas análises retóricas dos textos econômicos, um grande apreço, que não é difícil de explicar, pelos livros de entrevistas com os bacharéis em geral, visto que a atividade não se restringiu mais aos economistas (já há editados “Conversas com Filósofos Brasileiros” e “Conversas com Historiadores Brasileiros”).

Mas voltemos à frase de Belluzzo. Como já assinalamos, a crítica da Economia Política, ou crítica do discurso econômico, busca desvendar, por trás da pretensa cientificidade desses textos, constrangimentos de natureza ideológica, enganos involuntários, prescrições normativas disfarçadas de conhecimento positivo etc., e não há como efetivar essa operação de desvendamento sem atentar para a “retórica” desses discursos e as armas que eles utilizam para se fazerem ouvir. Encarado dessa perspectiva, qual seja, a da análise retórica do discurso econômico, o “projeto retórico” começou na metade do século XIX, pelas mãos de um pensador mouro, e continua hoje extremamente atual, apesar de seu idealizador ser dado amiúde como cachorro morto.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry (1995). “Balanço do Neoliberalismo”. In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (org.) *Pós-Neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (2002). “Friedrick Von Hayek - A direita intransigente no final do século”. In: ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ANDRADE, Rogério de (1997). “Friedrich A Hayek - A contraposição liberal”. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Os Clássicos da Economia – Vol. 2*. São Paulo, editora Ática.
- BACKHOUSE, Roger (1998). “Rethoric”. Verbete in: DAVIS, John B. et alii, *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar Publishing, Inc., Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA.
- BELLUZZO, Luiz G. (1999). “Prefácio”. In: REGO, José M. e MANTEGA, Guido (org.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34.
- BIER, Amaury et alii (1987). *O Heterodoxo e o Pós-moderno: o Cruzado em Conflito*. São Paulo, Paz e Terra.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira (1996). “Roberto de Oliveira Campos”. In: REGO, José M. et alii (org.). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34.
- CHESNAIS, F. (1998). “Introdução”. In: *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã.
- DUAYER, Mário (1998). Purgatório (curto conto teológico-metodológico). In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Nº 2, junho.
- EAGLETON, Terry (1998). *As Ilusões do Pós-Modernismo*. São Paulo, Jorge Zahar Editor.
- HABERMAS, J. (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Porto, Publicações D. Quixote Ltd.
- HAYEK, F. (1948). *Individualism and Economic Order*. Indiana, Gateway Editions
- (1948a). “Individualism: True and False”. In: *Individualism and Economic Order*.
- HOBBSBAWN, E. (1995). *A Era dos Extremos – O Breve Século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2ª edição.
- KLAMER, Arjo, organizador (1988). *Conversas com Economistas*. São Paulo, Edusp, Pioneira.
- LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Os Economistas no Poder*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- McCLOSKEY, Donald (1983). “The Rhetoric of Economics”. In: *Journal of Economic Literature*, 1983, vol XXI.
- OLIVEIRA, Francisco de (1998). *Os Direitos do Antivalor*. Petrópolis, Vozes.
- PAULANI, Leda M. (1996). “Idéias sem Lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey”. In: REGO, José M. (org). *Retórica na Economia*. São Paulo, Biental.
- (1996a). “Hayek e o Individualismo Metodológico”. In: *Lua Nova*, nº 38.
- (1997). Teoria da Inflação Inercial: Um episódio Singular na História da Ciência Econômica no Brasil? In: LOUREIRO, Maria Rita et alii. *Cinqüenta Anos de Ciência Econômica no Brasil – Pensamento, Instituições e Depoimentos*. Petrópolis, Vozes.
- (1999). “Modernidade e Discurso Econômico: ainda sobre McCloskey”. In: *Revista de Economia Política*, vol. nº 4 (76), out./dez.
- REGO, José M. et alii, organizadores (1996b). *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34.
- REGO, José M. e MANTEGA, Guido (1999). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34.